

A epopeia dos golfinhos do Cais do Valongo

The epic of the dolphins at Cais do Valongo

Deivid Valério Gaia

Doutorado em História pela École des Hautes Études en Sciences

Sociales e pela Universidade de São Paulo

Professor Adjunto de História Antiga da UFRJ

dvgaia@hotmail.com

Regina Maria da Cunha Bustamante

Doutorado em História Social pela UFF

Professor Adjunto de História Antiga da UFRJ

rmbustamante@terra.com.br

RESUMO: Este artigo tem como objeto de estudo as esculturas em bronze de dois golfinhos que compunham o Cais do Valongo por volta da segunda metade do século XIX até o início do XX. A partir da perspectiva da Biografia do Objeto, organizamos o artigo em quatro segmentos. No primeiro, tratamos dos precedentes, em que apresentamos o espaço no qual as esculturas dos golfinhos surgiram, o Valongo, no período que antecede e explica as suas transformações, entre 1835 e 1843, ou seja, antes do desembarque da imperatriz Teresa Cristina em 4 de setembro de 1843. Centramo-nos, a seguir, na gestação das esculturas, abordando sua concepção material e simbólica, atentando, respectivamente, para a sua autoria e referências imagéticas da Antiguidade. Após, nos debruçamos sobre a instalação das esculturas dos golfinhos no Cais do Valongo com base na documentação de época (arquivos, periódicos e imagens). Por fim, discorremos sobre sua trajetória desde seu deslocamento do Valongo até revelarmos uma contribuição inédita dessa pesquisa: a atual localização dos golfinhos. Dessa forma, em última instância, a partir daquilo que chamamos de “epopeia dos golfinhos”, defendemos a tese de que o Cais do Valongo, redescoberto pelas escavações de 2011, não foi erigido para a recepção da imperatriz Teresa Cristina, mas, sim, construído e ornamentado para ser os novos Cais e Praça do Valongo (ou mais precisamente, Praça 10 Municipal do Valongo), atendendo à demanda da população local, e desvelar, dessa forma, um dos momentos da complexa e diversificada história da região do Valongo.

PALAVRAS-CHAVE: Cais e Praça do Valongo; Cais da Imperatriz; Esculturas de Golfinhos.

ABSTRACT: This article's object of study is the bronze sculptures of two dolphins that made up the Valongo Wharf around the second half of the 19th century until the beginning of the 20th. From the perspective of Object Biography, we organize the article into four segments. In the first, we deal with the precedents, in which we present the space in which the dolphin sculptures emerged, Valongo, in the period that precedes and explains its transformations, between 1835 and 1843, that is, before the disembarkation of Empress Teresa Cristina in 4 September 1843. We then focus on the gestation of the sculptures, addressing their material and symbolic conception, paying attention, respectively, to their authorship and imagery references from Antiquity. Afterwards, we looked at the installation of the dolphin sculptures at Valongo Wharf based on period documentation (archives, periodicals and images). Finally, we discuss their trajectory since their displacement from Valongo until we reveal an unprecedented contribution of this research: the current location of the dolphins. Thus, ultimately, based on what we call the “epic of the dolphins”, we defend the thesis that the Valongo Wharf, rediscovered by excavations in 2011, was not built to welcome Empress Teresa Cristina, but, rather, built and decorated to be the new Cais and Praça do Valongo (or more precisely, Praça 10 Municipal do Valongo), meeting the demand of the local population, and thus unveiling one of the moments in the complex and diverse history of the Valongo region

KEYWORDS: Valongo Pier and Square; Empress Pier; Dolphin Sculptures

Lista de abreviaturas de periódicos

Nome	Abreviatura
<i>A Notícia</i>	AN
<i>Aurora Fluminense</i>	AF
<i>Correio Oficial</i>	CO
<i>Diário Campineiro</i>	DC
<i>Diário do Rio de Janeiro</i>	DRJ
<i>Ilustração Brasileira</i>	IB
<i>Jornal do Commercio</i>	JC
<i>Minerva Braziliense</i>	MB
<i>O Despertador Municipal</i>	ODM
<i>O Pharol Constitucional</i>	OPC

Introdução

Em janeiro de 2023, um grupo de 500 golfinhos (botos-cinzas) foi avistado na Baía de Guanabara (DCi, 07/01/2023) e comemorado, considerando que as condições atuais das suas águas não são muito propícias para as reprodução e vivência desses animais. No passado, eles eram tão presentes na Baía, que foram escolhidos, desde 1896, para compor o brasão da cidade do Rio de Janeiro; e, hoje, infelizmente, correm risco de extinção.

Antes de serem incluídos no brasão, uma das primeiras representações de golfinhos da cidade do Rio de Janeiro foram as duas esculturas do Cais do Valongo. Elas foram planejadas para comporem o novo Cais, atendendo a uma demanda da população local. Em fins de 1843, tem-se a primeira representação imagética dessas esculturas, uma gravura de Friedrich Pustkow: os golfinhos aparecem como elementos ornamentais colocados sobre dois pedestais que ladeavam a entrada central do Cais do Valongo, que passou a ser chamado, desde o edital de 8 de agosto de 1843, de *Cães da Imperatriz*. Nessa gravura, a partir da entrada do cais com os golfinhos, foi alinhado um pavilhão, construído, em caráter temporário, para receber a imperatriz Teresa Cristina (já casada, por procuração, com D. Pedro II em 27 de maio de 1843, em Nápoles), que desembarcou no Rio de Janeiro em 4 de setembro de 1843. Há outros elementos nessa gravura que nos despertaram a atenção, como as quatro estátuas de deuses romanos em mármore sobre pedestais atrás do gradil e o próprio pavilhão. Entretanto, para o presente artigo, optamos por privilegiar os dois golfinhos e trataremos os demais em estudos futuros.

Representações de golfinhos também se encontram em outras temporalidades e espacialidades. Sendo nós historiadores da Antiguidade, mais especificamente da região mediterrânea, constatamos que a presença dos golfinhos é um elemento recorrente nas narrativas míticas,

escritas e imagéticas antigas em diferentes suportes (mural, moedas, mosaicos, vasos, esculturas...). Até que ponto há proximidades e diferenças das representações e sentidos dos golfinhos do Valongo com os da Antiguidade Mediterrânea? Quais eram as funções das esculturas dos golfinhos no Cais do Valongo? O estudo dos golfinhos pode nos ajudar a responder se o Cais foi construído especialmente para receber a imperatriz Teresa Cristina ou se era o novo Cais do Valongo? Quais são a singularidade e a contribuição dos golfinhos do Valongo na construção da identidade carioca?

Abordaremos as esculturas dos golfinhos a partir da perspectiva da Biografia do Objeto, na medida em que a dinâmica das transformações afeta não apenas os seres humanos, biológica e socialmente, mas também a cultura material (REDE, 2012, p. 147). É fundamental estender as dinâmicas temporais às coisas materiais: elas passam por um processo de concepção, gestação, surgimento; elas têm, portanto, uma trajetória, uma vida social com sucessivas mutações, que compõem a sua biografia. Objetos são produzidos e podem circular por diferentes ambientes durante sua existência; eles se transformam e são ressignificados no decorrer do tempo e através dos diversos espaços sociais, o que demanda compreender as temporalidades e as relações ali entretidas e, entre elas, a agência do próprio objeto, pois, como defende Meneses (1983, p. 113), a cultura material tanto é produto quanto vetor das relações sociais. *“Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos (...)”* (GONÇALVES, 2006, p. 6). Esta foi a diretriz do presente artigo.

Como historiadores, devemos compreender os contextos originais da existência social do objeto bem como atentar para suas transformações, inclusive para aquela advinda da nossa própria análise dele como documento histórico. Assim, objetivamos, neste artigo, reinserir as esculturas dos golfinhos em suas diferentes temporalidades e espacialidades, bem como, em seus contextos sociais, explicando as

transformações que constituem sua biografia.

Para tanto, organizamos o artigo em quatro segmentos. No primeiro, tratamos dos precedentes, em que apresentamos o espaço no qual as esculturas dos golfinhos surgiram, o Valongo, no período que antecede e explica as suas transformações, entre 1835 e 1843, ou seja, antes do desembarque da imperatriz Teresa Cristina em 4 de setembro de 1843. Após, nós nos centramos em sua gestação, abordando sua concepção material e simbólica, atentando para a sua autoria, para as suas referências imagéticas da Antiguidade e seus diferentes usos na cidade do Rio de Janeiro. A seguir, tratamos da instalação das esculturas dos golfinhos no Cais do Valongo com base na documentação de época (arquivos, periódicos e imagens). Por fim, discorreremos sobre sua trajetória desde seu deslocamento do Valongo até revelarmos a sua atual localização.

Dessa forma, em última instância, a partir daquilo que chamamos de “epopeia dos golfinhos”, pretendemos, com o nosso olhar de historiadores da Antiguidade, defender a tese de que o Cais do Valongo, redescoberto pelas escavações de 2011, não foi erigido para a recepção da imperatriz Teresa Cristina, mas, sim, construído e ornamentado para ser os novos Cais e Praça do Valongo (ou Praça Municipal do Valongo), em vista de inúmeras demandas da população local, e desvelar, dessa forma, um dos momentos da complexa e diversificada história da região do Valongoⁱⁱ.

Precedentes: o Valongo entre 1835 e 1843

Concordamos que Cais do Valongo e o seu entorno foram, no início do século XIX, o centro de desembarque e comércio do maior número de africanos escravizados que chegara às Américas (SOARES, 2016, p. 150-161 e 2013, p. 10-27). A partir da aplicação da Lei Feijó de 1831 (MAMIGONIAN e GRINBERG, 2018, p. 285-291), a movimentação no Cais do Valongo diminuiu. Este artigo tem como recorte espacial o Cais e o Largo do Valongo

e seu recorte temporal inicia-se em 1835, quando houve um grande número de solicitações, por parte da população, de obras e benfeitorias no antigo cais, que passou a ser utilizado, a partir de então, para embarque e desembarque de pessoas e de gêneros alimentícios; também era o local de abastecimento de água, pois uma barca atracada ao cais a vendia à população local.

Em 1835, o Cais do Valongo era considerado pelos moradores e autoridades como um local insalubre, com uma praia suja – chamada de lamaçal – na qual a população da vizinhança jogava lixo de todo tipo. Por esse motivo, os habitantes, que viviam na região, reclamavam da falta de um cais digno para embarque e desembarque, de uma ponte para lançar o lixo ao mar, de um largo para compra e venda de produtos e, sobretudo, demandavam pelo fornecimento de água limpa. Os jornais, a partir de 1835, passaram a denunciar frequentemente os abusos de aterramentos clandestinos, a insalubridade, a falta de fiscalização, de segurança e de água no local. Escolhemos alguns relatos para comprovar a difícil situação da população do Valongo e a real necessidade de se construir um novo cais com bicas de água e um largo com chafariz.

Em 14 de fevereiro de 1835, no jornal O Sete d’Abril, um morador do Valongo denunciou a precariedade do local no contexto de uma epidemiaⁱⁱⁱ, que colocava a população em risco, sobretudo a do Valongo, devido à insalubridade; o morador suplicou pela construção de um cais e por melhores condições sanitárias:

O Queixão-se amargamente alguns moradores da Praia de Vallongo da indolencia da Camara e do seu respectivo Fiscal, que **não mandão limpar a imundicia que por ali se aumenta de dia em dia** [negrito nosso], com a infinidade de despejos que aí se fazem a toda a hora do dia e da noite, contra as Posturas da Camara que ninguém respeita n’essa parte, e **em detrimento da saude**

publica, ameaçada por isso a cada instante de uma epidemia maligna, que se pode desenvolver por toda a cidade e dar cabo de grande parte de seus habitantes. Os moradores de Vallongo e seus arredores perguntão se eles não são brasileiros, se não pagam tributos ao Estado, e que peccados terão cometido para sêrem escouceados. [...] os (moradores) de Vallongo nem uma ponte de madeira têm, para por ella se fazerem os despejos; e nem ao menos a Camara se ha dignado despachar um requerimento que ha muito lhe fizeram os moradores de Vallongo para a construcção d'um caes.[...].

Em 8 de abril de 1837, na seção *Correspondencia*, do jornal *Pharol do Imperio*, um texto, assinado por “Hum morador no Vallongo” ao seu redator, expressou a preocupação da população com as más condições do bairro. Ele escreveu para reclamar de uma obra que foi realizada na rua do Valongo e que prejudicou em demasia os moradores e terminou seu texto exclamando: *“pois basta que nem ao menos tem-se o logradouro Publico daquelle lugar limpo, nem ha hum caes para embarques, e finalmente nem huma ponte de despejo, o que he huma vergonha!”*. A população, portanto, reivindicava com urgência a construção de um novo cais e a melhoria nas condições sanitárias da região; o contexto de uma epidemia de varíola exigia celeridade no processo.

Na seção *Correspondencias*, o *Jornal do Commercio*, de 17 de março de 1840, publicou as demandas do nomeado “Vigia”, que solicitou, de forma veemente, uma maior fiscalização da Câmara e a participação da polícia municipal na Praça e no Cais do Valongo, a fim de acabarem com os aterramentos clandestinos efetuados por particulares que estavam “usurpando” o espaço público “com intenções sinistras”:

por isso nao he de estranhar que, levado por esse principio de justiça, eu faça ver à camara municipal o que se pratica a respeito da Praça do Vallongo, afim de que o

terreno para ella demarcado nao continue a ser usurpado, e o publico nao tenha a infelicidade de se ver privado das utilidades que resultao da sua falta nesse lugar. [...]. [se os aterramentos continuassem], o publico ficará privado de suas commodidades, e a illustre camara a final se verá na forçada obrigação, para remedia-los, de pagar com avultadas sommas os terrenos assim usurpados: **consta-nos que na Praça do Vallongo, da parte do mar, se continua a fazer aterros com intenções sinistras.** [negrito nosso]

Em 29 de março de 1840, o denominado “O Roceiro”, escreveu à correspondência do jornal *O Despertador*, para agradecer a preocupação do supracitado “Vigia” com o bem comum. Além de ratificar as demandas dele, “O Roceiro” também solicitou à Câmara que determinasse o fim dos aterramentos empreendidos no Cais do Valongo, que dificultavam o abastecimento de víveres:

Lendo [...] uma correspondencia do Vigia, sobre a praça do Vallongo, não posso, como roceiro que sou, eximir-me de agradecer ao autor de semelhante correspondencia o seu zelo pelo interesse commum. [...] não quero contudo deixar de lembrar tambem a illustre camara que esse objecto he muito importante e deve merecer-lhe a maior de todas as sollicitudes pelo bem que resulta ao municipio, o qual deve prestar todas as commodidades aos cidadãos que continuadamente tem de embarcar e desembarcar nesse lugar, e muito especialmente pelo que diz respeito aos roceiros, que diariamente dirigem seus barcos, carregados de generos de summa necessidade para os habitantes deste municipio, ao lugar e praça do Vallongo.

“O Roceiro”, em seguida, também manifestou a sua preocupação com os aterramentos que prejudicam o espaço e o público que o frequenta.

Em 11 de agosto de 1841, no *Jornal do Commercio*, um produtor rural também se queixou da dificuldade de acesso aos desembarcadouros públicos do centro da cidade para descarregar suas mercadorias, pois “os proprietários dos terrenos marítimos tratão de tapa-los até o mar, não deixando os sessenta palmos livres e desembaraçados para transito e desembarque dos lavradores, contra a lei que lhes concedeu o poderem aterrar e edificar”. Ao longo da reclamação, o autor (autointitulado “Um Roceiro”) descreveu o “pequeno cáes do Vallongó”: “quasi todo se acha ocupado com barca d’água e botes de aluguel”. Por fim, reivindicou tanto a construção de “um cáes da Prainha até a Saude” quanto a edificação de duas ou três praças para que os produtos agrícolas pudessem ser vendidos ao público sem atravessadores, que inflacionavam os seus preços.

Além disso, o “Um roceiro” denunciou os constantes aterramentos que tinham por princípio usurpar a terra pública e apequenar ainda mais o espaço do Cais do Valongo, e este problema de espaço era agravado por conta dos botes de aluguel e de uma da barca que vendia água. As barcas d’água eram necessárias tendo em vista a carência do seu fornecimento. Em outros jornais do período, os moradores reclamavam da má qualidade dessa água e do preço alto que era cobrado. Nesse contexto, compreendemos então a relevância dos inúmeros pedidos da população para a construção de um chafariz, pois as fontes (bicas e chafariz) tornavam-se imprescindíveis e, no Valongo, esta demanda era urgente.

O problema do abastecimento de água era, efetivamente, crônico no Valongo. Em 19 de fevereiro de 1843, o *Jornal do Commercio* publicou na seção *Correspondencias*, o texto do nomeado “W.”:

O Estvão os moradores da praia do Vallongo e seus arredores acostumados a ser fornecidos de agua, que se lhes vendia a 20 réis o barril por uma barca do arsenal da marinha, que vinha colocar-se em frente à praia, e bem

dizição tão util providencia; [...] quando de repente deixou ha tempos de aparecer a dita barca, sofrendo os moradores grande privação de agua.

Após escrever sobre a falta de água e a seca do ano de 1843, o correspondente solicitou que a Câmara demandasse o retorno da barca até que o chafariz, cuja obra já tinha sido iniciada, fosse concluído:

porque a camara municipal já tem principiado a edificar um chafariz na nova praça de Vallongo [negrito nosso], satisfazendo assim a necessidade de seus moradores; e se agora insistimos por esta providencia, que deve ser provisoria, é para de alguma forma alliviar aos ditos moradores de Vallongo, que tanto soffrem na presente secça.

A barca solicitada pelo correspondente "W." já havia sido mencionada pelo redator do *Diário do Rio de Janeiro* três meses antes, em 9 de dezembro de 1842, *"Ainda ontem n'esse lugar uma praia immunda desenvolvia todos os germens de horriveis enfermidades,[...]; ainda ontem n'essa praia, uma barca asquerosa a portava, e vendia ao publico, agoa salobra por 120 rs. ao barril."*^{iv}

Haja vista a ausência de um bom cais e os apelos constantes da população, algumas empresas se apresentavam como postulantes para esta construção, como é o caso do pedido de Paulo Fernandes Vianna, representante da Companhia Industrial Commercial Fluminense, que, em janeiro de 1839, escreveu à Câmara Municipal (AF, 28/01/1839, p. 4):

[...] vem, cheio de confiança, pedir a VV. SS. que se sirvam conceder licença e os necessarios terrenos à - Companhia Industrial Commercial Fluminense -, que, por exforços do supplicante, se acha quasi formada para poder: Construir praças de mercado de fructas e outros objectos nas praias

[negrito nosso] de D. Manoel, dos Mineiros, do Valongo, da Gloria e da Prainha, com sobrado por cima para diferentes misteres, e cáes na frente do mar, tudo com elegante architectura. [...] Esta pratriotica empresa, alem de concorrer para a salubridade e emebellezamento d'est cidade, dará em onus algum da nação, nova actividade à industria [...]. Portanto, o supplicante espera que VV. SS. se dignarão conceder a licença que submissamente requer.

Ainda é preciso investigar na documentação disponível se essa empresa atuou na construção do novo Cais do Valongo. No entanto, os princípios que guiaram a solicitação de Paulo Fernandes Vianna – que propôs construir uma praça de mercado de frutas na praia do Valongo, com cais de frente para o mar *“tudo com elegante architectura”* a fim de concorrer com a salubridade e embelezamento da cidade – foram, de certo modo, contemplados. Apresentaremos esse novo *“Caes de elegante architectura”* ao longo desse artigo.

Diante dos numerosos pedidos e da urgente necessidade, a Câmara Municipal começou a construir o novo Cais do Valongo – o mesmo que foi redescoberto durante as obras de 2011 e que sua edificação foi creditada erroneamente à chegada da Imperatriz, como se evidencia na maior dos estudos sobre o Cais do Valongo, exemplificado em Lima, Sene e Souza (2016, p. 299-391). Ao escrever a história dos golfinhos do Valongo, pudemos verificar a origem desse erro interpretativo e, ao longo do artigo, mostraremos que o Cais do Valongo não foi construído, em hipótese alguma, para a recepção da Imperatriz. Tanto não fora construído para tal, que as obras foram iniciadas em 1841, bem antes do imperador Dom Pedro II se casar com a princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina. Apresentamos abaixo uma seleção de documentos publicados pela imprensa carioca (em muitos, reproduzem atas das sessões da Câmara), em ordem cronológica da ocorrência do fato (frequentemente, publicado

nos periódicos após o fato noticiado), que revelam a agência da população local e o empenho das autoridades públicas na construção dos novos Cais e Praça do Valongo. O arco de tempo vai desde janeiro de 1841, início das obras, até julho de 1843, quando o novo Cais do Valongo foi escolhido oficialmente para ser o local de desembarque da Imperatriz Teresa Cristina:

26/01/1841: encomenda do chafariz (CO, 26/01/1841, p.1);

19/02/1841: encomenda dos golfinhos de bronze para servirem de bica de água aos barcos do Cais do Valongo (JC, 01/03/1841, p. 2);

29/05/1841: a hasta pública para a compra do material a ser utilizado no calçamento da praça do Valongo (DRJ, 08/06/1841, p. 2);

06/10/1841: compra de pedras para a Praça do Valongo e outros materiais necessários à instalação do chafariz (OD, 08/10/1841, p. 3);

07/10/1841: fatura do chafariz no Cais do Valongo (OD, 08/10/1841, p. 3);

13/08/1842: solicitação de duas pranchas para as obras do mar do Cais do Valongo (Diário do Rio de Janeiro, 27/08/1842, p. 1);

24/09/1842: solicitação de 8 pilastras de cantaria de uma ponte de São Cristóvão para obras do Cais. Aventamos que foram utilizadas para instalação dos 4 deuses romanos, dos 2 golfinhos e de 2 pirâmides (estas pirâmides são pouco mencionadas na documentação e desapareceram) (DRJ, 19/10/1842, p. 2 e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro 36.2. 24);

24/09/1842: solicitação de pedras de alvenaria para pavimentação do Cais e discussão sobre orçamento da obra e pagamento dos trabalhadores especializados (DRJ, 19/10/1842, p. 2);

08/10/1842: solicitação das pedras dos degraus do antigo pelourinho que se encontravam, na ocasião, no armazém de obras (DRJ, 27/10/1842, p. 1);

18/11/1842: solicitação de cal e pedras de alvenaria de vários tamanhos para o Cais do Valongo (DRJ, 21/11/1842, p.2);

10/12/1842: crítica às longas discussões da Câmara Municipal sobre construção de um chafariz no Cais do Valongo em detrimento de outras obras necessárias em locais diferentes (OPC, 10/12/1842, p. 8);

15/12/1842: necessidade de finalização das obras do chafariz da Praça do Valongo e desmanche do resto dos barracões que dificultavam a conclusão da obra (JC, 15/12/1842, p. 1-2);

15/12/1842: indenização dos posseiros que, com a construção de seus barracões, aterraram terrenos com consentimento das autoridades de então (JC, 15/12/1842, p. 1-2);

04/03/1843: solicitação para que as obras do chafariz do Valongo fossem continuadas para atender à população carente de água (DRJ, 28/03/1843, p. 2);

30/05/1843: valor estipulado para finalização do calçamento da Praça do Valongo (DRJ, 21/06/1843, p. 2). Neste mesmo jornal, há o relatório dos gastos com materiais e mão de obra, que também aparecem no dossiê Cais do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Série Cais, 40.2.67);

30/05/1843: solicitação de mais investimento para a obra do Cais poder continuar até a sua ultimação (DRJ, 21/06/1843, p. 2);

16/06/1843: compra de três estátuas de mármore (Mercúrio, Ceres e Minerva) do Cais do Valongo (DRJ, 11/07/1843, p.2). A quarta estátua do

Cais, a do deus Marte, era inicialmente de gesso e, a atual, que está no Jardim Suspenso do Valongo, por um atraso logístico, só foi entregue da Itália e inserida no Cais um ano depois (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Série Cais, 40.2.67 e 46.3.27). O pagamento pode ter ocorrido entre maio e junho de 1843; e, por fim, então, apresentamos o documento do dia 18 de julho de 1843 (DRJ, 11/08/1843, p. 1) que atesta a instalação dos dois golfinhos de bronze no Cais do Valongo encomendados em fevereiro de 1841, para servirem de bicas d'água às embarcações.

Os documentos relativos à construção do novo Cais e da Praça do Valongo (conhecida também como Praça Municipal do Valongo) são abundantes e tudo está bem registrado pela Câmara Municipal e pelos jornais da época. Algumas notas de compra e relatos das obras estão disponíveis no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro: Códice 32.1.43, Códice 40.2.67 - Série Cais, Códice 40.2.75, Códice 40.2.76, Códice 40.2.73 e Códice 49.1.54. Estes documentos comprovam o quanto a construção do novo Cais e da Praça do Valongo mobilizaram esforços, muito antes do matrimônio entre Dom Pedro II e a Dona Teresa Cristina.

É certo, portanto, que o Cais e a Praça não foram construídos para o desembarque da soberana, como defendem a maioria dos estudiosos, como por exemplo, Gerson (2013 – original de 1955, p. 175), em que, após descrever a galeota que trouxe a imperatriz para desembarque no cais, afirma que, para recebê-la, a antiga Praça Municipal foi transformada por Grandjean de Montigny na primeira praça monumental do Rio de Janeiro^{vi}. Na esteira da argumentação de que o Cais do Valongo foi reconstruído para recepcionar Teresa Cristina, seguiram-se os estudos de Lima *et al* (2012, p. 1), de Cavalcanti (2015, p. 99) e de outros.

O novo cais foi construído no Valongo devido aos reiterados pedidos da população, sobretudo, a partir de 1835 e por conta das novas demandas comerciais na Baía de Guanabara. Nesse sentido, a Praça e o novo Cais do Valongo com seus deuses de mármore^{vii} e golfinhos de bronze nada tem a

ver com o desembarque da imperatriz. Quando o edital de 8 de agosto de 1843, que mudou os nomes de Cais e Rua do Valongo para Cais e Rua da Imperatriz, foi publicado (*JC – Suplemento*, 09/08/1843, p. 1), o novo Cais do Valongo e sua Praça já estavam praticamente finalizados, faltando tão somente a conclusão do chafariz, que ainda não tinha sido terminado devido a problemas logísticos de passagem/abastecimento de água. No entorno da Praça do Valongo, havia o projeto de edificações de imóveis voltados ao mercado local, como foi o caso do grande edifício neoclássico construído por Grandjean de Montigny poucos anos depois (MORALES DE LOS RIOS FILHO, 1941, p. 249; PESSÔA, 2002, p. 1-27).

Gestão dos Golfinhos do Valongo

A partir do momento que a Câmara Municipal decidiu construir um novo Cais do Valongo, uma das primeiras medidas tomadas foi a encomenda dos dois golfinhos de bronze para servirem de bicas de água às embarcações. Isso se deu em 19 de fevereiro de 1841 (*JC*, 01/03/1841, p. 2):

Proponho que se officie ao Sr. engenheiro, afim de que informe com urgencia sobre o requerimento do Sr. João Justino de Araujo, em que este pede decisão acerca da fundição e acabamento dos golfinhos que lhe forão encommendados.

O que sabemos sobre o artista que realizou a fundição dos golfinhos do Valongo? Um dos primeiros registros que encontramos sobre João Justino de Araujo data de 1836, quando seu nome foi cogitado para fundir as Armas Imperiais em bronze e o engradamento de ferro do Passeio Público (*DRJ*, 25/08/1836, p. 2). A boa reputação do artista já era notória na cidade do Rio de Janeiro, ao ponto de ter sido escolhido, em 1837 (*CO*, 01/02/1837, p. 98), para executar outra obra no Passeio Público: a fundição do menino de bronze.

Não temos muitos dados biográficos do artista, mas sabemos que a sua vida era repleta de altos e baixos; ao que parece, ele demorava muito para entregar os seus trabalhos e, muitas vezes, era solicitado publicamente pelos jornais. Ele atrasou para entregar o menino em bronze do Passeio Público (CO, 14/06/1837, p. 1). Em 31 de janeiro de 1843, ele se envolveu em um problema e foi reclamado nos jornais (JC, 31/01/1843, p. 4). E, mais uma vez, em 15 de março de 1843 (JC, 15/03/1843, p. 5).

João Justino de Araujo também foi o responsável pela fundição dos golfinhos do chafariz de cantaria do Mercado da Praia do Peixe (conhecido também como Praça do Mercado ou ainda Mercado da Candelária) em 1845 e temos essa informação porque ele atrasou bastante a entrega e foi chamado para dar explicações (DRJ, 15/03/1845, p. 2).

Chillon (2018, p. 161), ao estudar a fundição artística no Rio de Janeiro do segundo reinado, mencionou a obra de João Justino de Araujo e defendeu que o mesmo se envolveu em um escândalo não muito claro na Casa da Moeda. Em 1846, o artista foi mencionado como “*fugido*” (DRJ, 04/07/1846, p. 4), mas não sabemos ao certo se foi pelo motivo supracitado ou por motivos de dívidas com hipotecas imobiliárias (DRJ, 10/07/1846, p. 5) ou ainda porque não entregou algum outro trabalho.

Os dois golfinhos de Justino de Araujo, entregues para o Cais do Valongo, foram confeccionados de acordo com os moldes dos golfinhos do séquito de Posídon/Netuno. Para que isso fique mais evidente, apresentamos a seguir a aparência dos golfinhos do Valongo e realizamos uma análise da sua morfologia.

A foto abaixo (**Imagem 1**) acompanhou o segmento dedicado ao João Justino de Araujo por Adalberto Mattos na revista *Ilustração Brasileira* (v. 3, n. 29, jan. 1923). Dos registros fotográficos antigos, este é o mais preciso que encontramos sobre as esculturas dos golfinhos. Ele nos permitiu

observar os detalhes de constituição do golfinho de bronze: começando debaixo para cima, a cabeça e as nadadeiras peitorais são a base da escultura, seu bico encurvado para cima está aberto o que causa rugas nas partes adjacentes, olhos grandes arredondados e salientes, nadadeiras peitorais raiadas, pequeníssima barbatana dorsal (protuberância triangular no seu dorso sinuoso), corpo escamoso ondulado e nadadeira caudal retorcida formando uma volta e finalizada em leque raiado trifurcado. Esta não é a morfologia de um golfinho real. À época em que estavam no Cais do Valongo, houve críticas a esta forma de representação: *“oh! gastou a camara muito dinheiro no mesmo caes com suas grades e seus golfinhos; mas estes bichos ou peixes não consentem que ahi chegue nem mesmo a barquinha de algum novo Noé.”* (ODM, 24/04/1850, p. 4)

Imagem 1



Fonte: Foto de autor desconhecido (MATTOS, 1923); domínio público; acervo: Biblioteca Nacional.

Por que os golfinhos do Valongo foram representados dessa forma “estranha” (golfinho, bicho ou peixe)? A explicação encontra-se na sua representação mediterrânica antiga. Os golfinhos eram seres mitológicos muito presentes na iconografia da Antiguidade (FERREIRA, 2010, p. 15-68). Eles povoaram as memórias e as artes dos antigos habitantes do Mediterrâneo e foram abundantemente representados nos mosaicos, moedas, joias, vasos, estátuas, símbolos religiosos, na poesia e outras expressões escritas. A partir da foto apresentada por Mattos (**Imagem 1**), é possível observar constituição do golfinho e sua escamada cauda retorcida, muito próxima, por exemplo, ao do mosaico antigo encontrado nas escavações do porto romano da cidade Óstia^{viii}. Vemos que essas representações eram mitológicas e relacionadas, sobretudo, ao modo como os gregos e romanos de um determinado período viam esses animais que faziam parte do séquito de Posídon/Netuno^{ix}.

Os antigos gregos e romanos tinham muita afeição pelos golfinhos, e nas narrativas mitológicas eles eram tidos como fantásticos e serviam como meio de transporte do deus Apolo da ilha de Delos a Delfos. Representavam a pureza da infância e segundo Aulo Gélcio (123-165 d.C.), em *Noites Áticas* (livro VI, capítulo VIII), “os golfinhos são voluptuosos e propensos ao amor.” Para Plínio, o Antigo (23-79 d.C.), *História Natural* (livro IX, capítulo VIII), o golfinho era amigo do homem, amava a música, encantava-se pelo som dos instrumentos musicais hidráulicos e acompanhava os barcos. Plutarco (46-120), em *Obras morais* (tratado 63: a inteligência dos animais), escreveu sobre os golfinhos ressaltando que é o único ser cuja amizade é desinteressada.

Como referido anteriormente, na mitologia greco-romana, os golfinhos faziam parte para o séquito de Posídon/Netuno. Efetivamente, eles eram indissociáveis do deus dos mares e da sua esposa, Anfitrite. O séquito desse deus era formado pelos seres marítimos: nereidas, hipocampos, golfinhos, etc. Estes últimos gozavam de muito prestígio entre Posídon/Netuno e Anfitrite, pois foram de grande importância para o amor

de ambos. Caio Júlio Higino (64 a.C.-17 d.C.), em *Astronomia* (livro II, capítulo 17), relatou a origem da Constelação do Golfinho como um reconhecimento do deus do mar pela intervenção do golfinho em convencer Anfitriote em aceitar o casamento com Posídon/Netuno.

Os golfinhos, portanto, estão ligados à alma marítima das cidades costeiras e, no Valongo, eles estavam acompanhados de quatro deuses romanos: Ceres, Minerva, Mercúrio e Marte, que apresentaremos em uma futura publicação. O modelo iconográfico dos golfinhos de Posídon/Netuno encontra-se em diferentes temporalidades e espacialidades. Aplicando o conceito da *Presença do Antigo*, na acepção de Warburg (2018), a antiga representação imagética dos golfinhos foi apropriada e recepcionada de diferentes formas ao longo do tempo, como podemos observar no manual de ornamentos de Meyer (2019 – original de 1888), que dedica um segmento aos golfinhos (MEYER, 2019, p. 86-90), no qual, em três pranchas, reproduz alguns ornamentos de golfinhos desde a antiguidade, passando pelo Renascimento e chegando ao século XIX. Este modelo iconográfico da Antiguidade inspirou João Justino de Araujo na confecção dos golfinhos do Valongo e eles não foram os únicos do Rio de Janeiro, muito embora tenham sido um dos primeiros. O sucesso dos golfinhos do Valongo foi sentido na cidade, tanto que a Câmara Municipal fez, posteriormente, mais encomendas de golfinhos ao artista, como é o caso dos que foram colocados no chafariz em forma de obelisco do Mercado da Praia do Peixe. Cabe ressaltar que os exemplares do Valongo eram de qualidade superior tanto na matéria quanto na forma (AN, 01-02/02/1904, p. 3).

O estilo dos golfinhos do Cais do Valongo foi muito importante para a cidade do Rio de Janeiro como evidenciamos no sexto brasão de armas da cidade de 1896-1957, que tinha os golfinhos ao estilo do Valongo como figuras principais. Segundo Araújo Viana (AN, 01- 02/02/1904, p. 3), de todas as representações de golfinhos do Rio de Janeiro as duas mais importantes eram: 1) as do Valongo/Cais da Imperatriz e 2) as das armas municipais compostas por Rodolfo Bernadelli (1852-1931).

Hoje, muitos preferem chamar os golfinhos greco-romanos do brasão da cidade de botos- cinza da Guanabara, por serem abundantes à época da criação do brasão e representarem a tradição marítima do Rio de Janeiro. Temos aqui um típico caso de justa “apropriação” das referências da Antiguidade, pois a forma como esses golfinhos são representados se aproxima muito dos modelos antigos. Nesse sentido, pelos golfinhos terem sido assimilados e transformados, devemos, sim, chamá-los de botos-cinza ou botos de prata da Guanabara. Certamente, o Cais do Valongo, com seus dois golfinhos, desempenhou um papel singular para a criação desse modelo, pois, na época de Bernadelli, os viajantes, quando chegavam pelo mar para desembarcar no cais, viam, de longe, os dois golfinhos de bronze assentes em seus pedestais de cantaria com a esfera armilar “pairando” ao centro, repousada sobre o capitel de ordem coríntia da coluna com fuste canelado de gnaisse, que servia de chafariz (é a mesma esfera armilar que se encontra no Cais do Valongo até hoje sobre a mesma coluna de granito, denominada erroneamente como obelisco). A visão, a partir, do mar era justamente a do brasão*: dois golfinhos laterais com uma esfera armilar ao centro. O motivo do brasão já estava dado!

Instalação dos Golfinhos no Cais do Valongo

Em 9 de dezembro de 1842, ocorreu a inauguração das obras na região do Valongo, que foi muito festejada. O jornal *Diário do Rio* (13/12/1842, p. 1-2) publicou um discurso laudatório à Câmara Municipal por conta das obras do Cais e da Praça do Valongo em benefício da população.

O mesmo jornal, DRJ (14/12/1842, p. 2), cinco dias após a inauguração das obras, ainda a repercutiu de forma positiva. Descreveu que o novo cais possuía uma bela escadaria, gradil e outros ornatos de cantaria, sendo que, em um deles, havia a seguinte inscrição gravada em mármore: “*A camara municipal, por **bem do publico** [negrito nosso], mandou construir este*

cães, no reinado do Sr. D. Pedro II, em 1842'. No ato de inauguração, informou que houve a colocação da primeira pedra do chafariz que seria ainda construído ali, com sua provável conclusão em um ano^{xi}. Indo ao encontro do exposto no primeiro segmento do presente artigo, afirmou-se que era *“uma das obras mais uteis e mais urgentes que reclamava a nossa civilização”*.

As obras no Valongo, entretanto, não foram unanimidades. No dia seguinte à inauguração, encontramos uma nota depreciativa no jornal *O Pharol Constitucional* (10/12/1842, p. 8): “O Caboqueiro”, ironicamente, critica a Câmara Municipal que, ao invés de resolver problemas urgentes e menos custosos da cidade, prefere gastar todo seu tempo discutindo sobre a construção de um *“chafarizinho”* no Cais do Valongo.

Em outro jornal (JC, 15/12/1842, p. 1-2), o autodenominado “O Imparcial” denunciou que a obra foi inaugurada antes do seu término. Apontou-se a necessidade de: finalização das obras do chafariz tão demandado pela população, desmanche do resto dos barracões com a devida indenização aos seus proprietários (que arcaram com as despesas do aterramento ao construírem seus barracões), conclusão do bem traçado cais e criação de um plano de organização espacial do comércio nas adjacências da praça. Entretanto, fazendo jus ao seu pseudônimo, “O Imparcial” não deixou de apresentar pontos positivos: a excelente posição da Praça Municipal do Valongo e sua ampla dimensão que a tornava a melhor da cidade.

Destacamos que, em todos os jornais analisados, de diferentes matizes ideológicas, quando se referiram à inauguração do Cais e da Praça do Valongo, não fizeram nenhuma menção ao desembarque da imperatriz Teresa Cristina, tampouco na inscrição gravada em mármore da inauguração da Praça e Cais.

Ainda que suas obras não estivessem totalmente finalizadas, o Cais do Valongo enchia a vista daqueles que por ali circulavam, como o “Brazileiro

da Roça”, que, ao utilizar a linha de barquinhas de vapor entre o Valongo e a igreja de São Cristóvão, qualifica-o como “*novo e magnífico cáes do Vallongo*”(JC, 08/06/1843, p. 2). Assim, compreende-se o porquê do Cais do Valongo ter sido escolhido pelo imperador D. Pedro II como lugar de desembarque da sua esposa, a imperatriz Teresa Cristina (1822-1889), irmã do rei das Duas Sicílias, Fernando II, que vinha de Nápoles. Os lugares de desembarque perto do centro da cidade eram impróprios para recepcionar com pompa e circunstância a terceira imperatriz brasileira^{xii}. O cais da Praia do Arsenal, onde desembarcaram as duas imperatrizes anteriores, Leopoldina em 1817 e Amélia em 1829, não possuía condições por dois motivos: estava em obras e também por sua limitada dimensão para ser o lugar de desembarque da nova soberana em 1843. Não haveria tempo hábil para construir um cais de cantaria especialmente para isto. A outra opção, que seria a Praça do Largo (atualmente, chamada de Praça XV), estava repleta de barracões que obstruíam a vista para o mar e dificultava o desembarque. Foi necessário aproveitar o cais que estivesse em melhores condições para abrigar o acontecimento. O único local espaçoso, novo e bem ornamentado à beira mar da cidade naquele momento era o Cais do Valongo com sua Praça monumental.

O anúncio da ratificação do contrato de consórcio matrimonial entre D. Pedro II e Teresa Cristina ocorreu no dia 1º de janeiro de 1843 (JC, 01/01/1843, p. 1). No mês seguinte, a Fragata Constituição, antes de partir para Nápoles a fim de buscar a imperatriz, foi aberta à visitação pública (JC, 22/02/1843, p. 3-4). Em 6 de março de 1843, a Fragata partiu do Rio de Janeiro com a missão de “*trazer para o Brasil a Sra. D. Teresa Cristina*”(DRJ, 06/03/1843, p. 2). O casamento por procuração foi realizado em 27 de maio de 1843 em Nápoles (JACOBELLI, 2012, p. 60-61).

Depois do matrimônio por procuração, indagava-se sobre a demora nos preparativos para a chegada da imperatriz no Rio de Janeiro (JC, 27/06/1843, p. 1). Não percebia na cidade nenhum tipo de movimentação que demonstrasse empenho para as organizações dos festejos da

recepção dignos da ocasião. Havia críticas em se recorrer à “arquitetura efêmera” para uma ocasião tão marcante. A essa altura, quase às vésperas do desembarque da imperatriz^{xiii}, já se sabia, ao certo, que não haveria mais tempo hábil para uma construção e ornamentos perenes.

Apenas em 6 de julho de 1843, a Câmara Municipal foi oficialmente comunicada, através de uma portaria, da decisão imperial de escolher o Cais do Valongo como local de desembarque de Teresa Cristina e, para tanto, eram necessárias a ultimação das obras neste local e a preparação das ruas por onde o cortejo passaria (DRJ, 01/08/1843, p. 1). A Câmara estava ciente das dificuldades: a natureza do serviço, a estreiteza do tempo e os inconvenientes das marés. Redobrou esforços para a compra dos materiais necessários para a construção dos monumentos efêmeros, haja vista que as construções perenes do cais já estavam praticamente finalizadas. (DRJ, 01/08/1843, p. 1).

Dentre a ultimação das obras do Cais do Valongo, estava a conclusão das tratativas para o pagamento das duas estátuas dos golfinhos de bronze encomendadas pela Câmara Municipal ao escultor João Justino de Araujo em fevereiro de 1841 (JC, 01/03/1841, p. 2). Na sessão da Câmara Municipal de 18 de julho de 1843 (DRJ, 11/08/1843, p. 1), foi apresentado um parecer para se efetuar a remuneração, haja vista que as esculturas já estavam instaladas no Cais do Valongo:

O sr. Director das obras **remette a conta de dois golfinhos fundidos pelo cidadão João Justino de Araujo, os quaes se achão collocados no cáes de Vallongo**, pesão 1242 libras, e são dados pela quantia de 745\$200 reis. Informado pelo Sr. Administrador das obras da necessidade d’elles para o dito cáes, não só como meio de embelesamento, mas ainda **com o fim de servirem de bicas que forncerao aguada ás embarcações**; convencido do optimo effeito que produzirão situados

convenientemente, atendendo á perfeição com que forão executados e ao modico preço porque os dá o artista, sou de parecer que a compra se realize [...]

Ressaltamos, na passagem acima, que o parecerista informa que as esculturas dos golfinhos, “*collocados no cáes do Vallongo*”, serviam como bicas para o fornecimento de água às embarcações, e, em virtude das suas qualidades estéticas, também se constituíam como ornamentos embelezando o cais, o que era potencializado por sua posição de destaque para quem chegasse à região pelo mar. As esculturas dos golfinhos não estavam, portanto, destinadas a embelezar o cais para a recepção da imperatriz, mas acabaram por fazê-lo por já estarem situadas no local escolhido para o desembarque imperial.

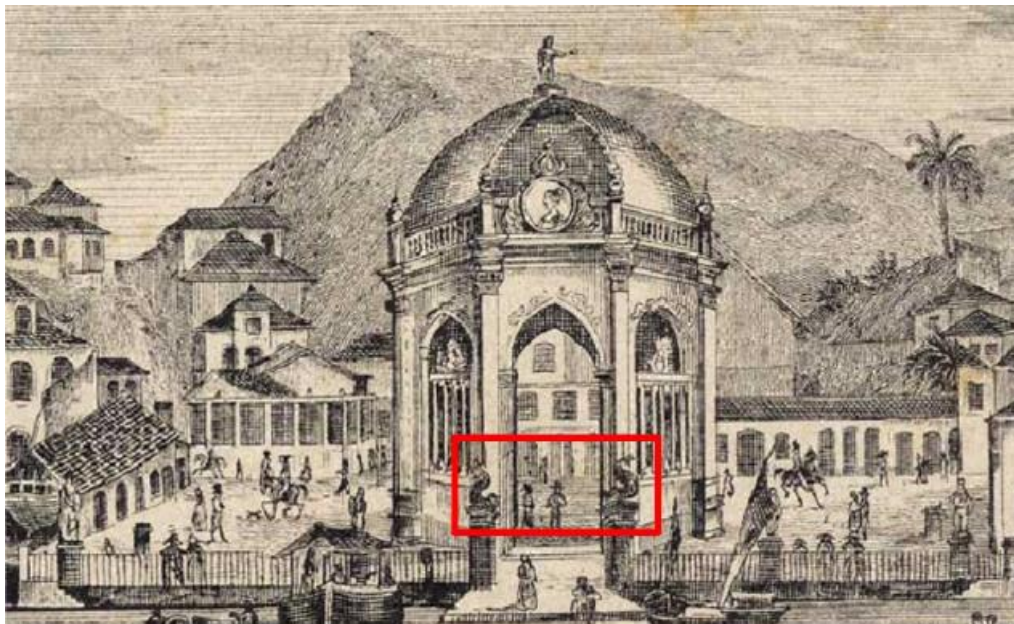
Evidentemente, houve medidas que estavam especificamente relacionadas ao desembarque da imperatriz, a saber: a publicação do edital mudando o nome do Cais e da Rua do Valongo para Cais e Rua da Imperatriz, a partir de 8 de agosto de 1843 (JC – Suplemento, 09/08/, p.1); em 7 de agosto de 1843, a organização de um minucioso programa para recepcionar a soberana (JC, 11/08/1843, p. 1 e DRJ, 12/08/ 1843, p. 1); a colocação de galerias nas fachadas das construções da Praça do Valongo (MB, 01/11/1843, p. 24); a ornamentação ao longo do trajeto em que passaria o cortejo (JC, 13/08/1843, p. 3); e a construção de uma edificação temporária na praça em frente ao cais – um pavilhão, o “templo de Himeneu”^{xiv} (JC, 10/09/1843, p. 3 e MB, 01/11/1843, p. 24). É, justamente, esta construção efêmera que se destaca na gravura “*Cáes da Imperatriz*” de Friedrich Pustkow^{xv}. Esta gravura é a única representação imagética do pavilhão, que foi desmanchado rapidamente em 1º de dezembro de 1843 (Diário do Rio de Janeiro, 21/12/1843, p. 1-2).

O pavilhão foi descrito minuciosamente em duas publicações após a chegada da imperatriz em 4 de setembro de 1843: *Jornal do Commercio* (10/09/1843, p. 3) e revista *Minerva Braziliense* (01/11/1843, p. 23-24).

Analisaremos, mais detalhadamente, esta edificação em outra ocasião. Aqui, gostaríamos de apontar que, apesar de terem posições totalmente opostas sobre o pavilhão (enquanto o JC o elogia, a MB o critica, o que levou a uma réplica por parte de “O Archivista” na Sentinella da Monarchia de 08/11/1843, p. 1), quanto às esculturas dos dois golfinhos do João Justino Araujo, contudo, as referidas publicações compartilharam a mesma posição, qual seja: nada comentaram! Nossa explicação para este paradoxo fundamenta-se no *argumentum ex silentio*, pois as esculturas dos golfinhos eram permanentes e estavam originalmente relacionadas ao Cais do Valongo (e foram concebidas antes mesmo da escolha do cais para a chegada da imperatriz) e os dois supracitados periódicos se concentraram tão somente nos ornamentos (galerias, decoração do trajeto, iluminação...) e na edificação (o pavilhão) temporários que estavam relacionados, estes sim, exclusivamente à recepção da imperatriz. Portanto, as duas publicações, ao não tratarem das esculturas dos golfinhos, acabam por confirmar, o que a análise da documentação anterior demonstrou: os golfinhos eram do Cais do Valongo e não do Cais da Imperatriz!

Voltemos à gravura Cães da Imperatriz de Pustkow e vejamos, abaixo (**Imagem 2**), em detalhe, o seu centro.

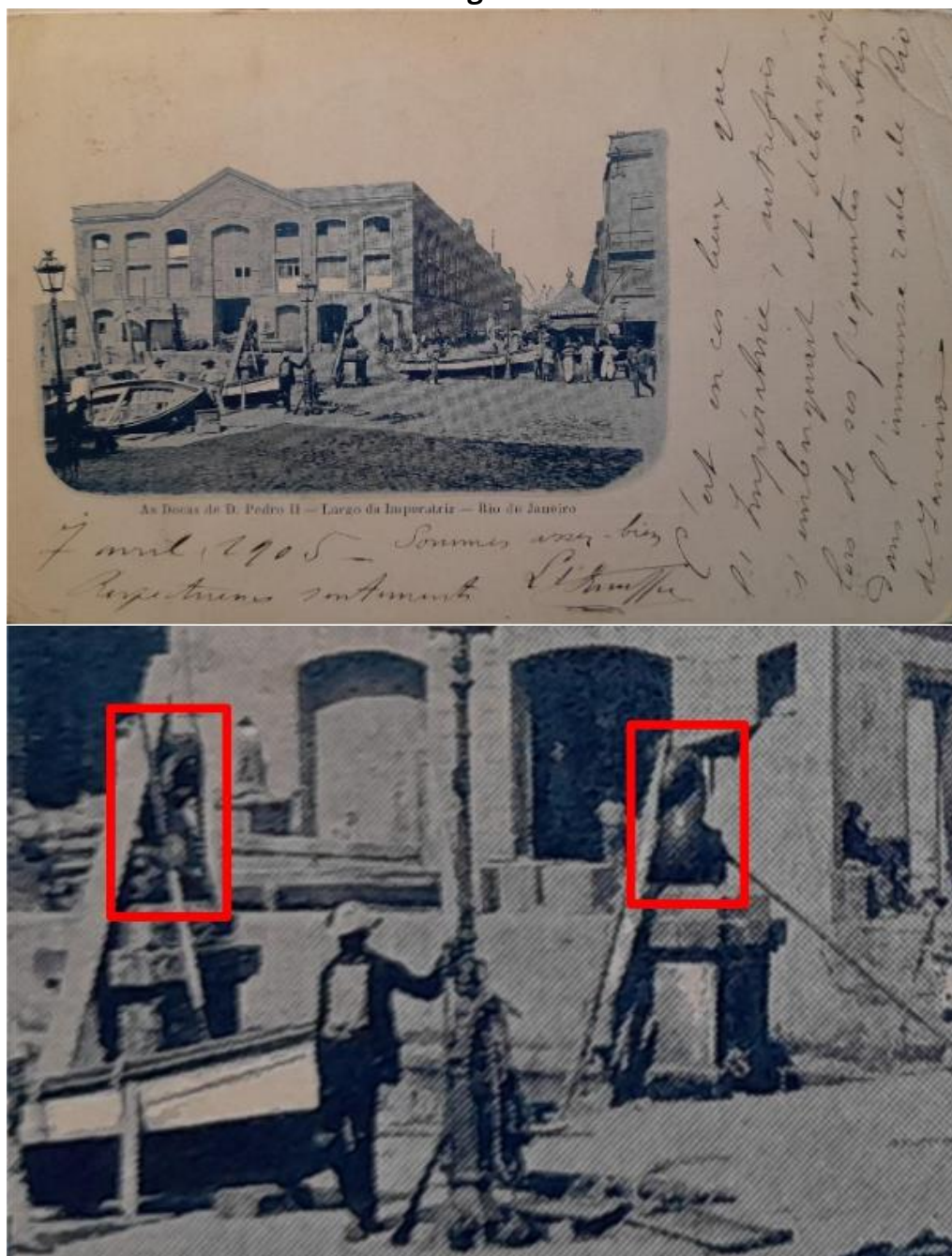
Imagem 2



Fonte: Excerto da gravura do Cães da Imperatriz, autoria de Friedrich Pustkow, 1843; acervo: Biblioteca Nacional, disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1521613/icon1521613.jpg (16/07/2023)

Este é o primeiro registro imagético das esculturas dos golfinhos do Valongo. Interessa-nos a posição das esculturas, que estão em pedestais exatamente na interrupção do gradil para a entrada central (a entrada do pavilhão foi alinhada com esta entrada central do cais). Os golfinhos estão de perfil, olhando um para o outro e para aqueles que se dirigem ao pavilhão, como se estivessem de guarda e os recepcionassem. Esta posição dificultaria sua função como bica de água para as embarcações, como acima exposto, o que acabaria por restringi-los a ornamentos. Porém, um postal de *“As Docas de D. Pedro II - Largo da Imperatriz”*, nos dá outra perspectiva, como veremos no detalhe desta imagem (**Imagem 3**).

Imagem 3



Fonte: Excerto do postal Docas Dom Pedro II e Largo da Imperatriz. Informações técnicas

– Editor: Leon de Rennes & Cia. Fotógrafo: não identificado. Período: c. 1903. Postal circulado em 1905. Nº de registro no MUCAP-RJ: 1481. Acervo: Museu do Cartão-Postal do Rio de Janeiro ([instagram.com/museudocartaopostal](https://www.instagram.com/museudocartaopostal))

Diferentemente da gravura de Pustkow, neste postal, os golfinhos estão de costas um para o outro e virados para as entradas laterais do cais, o que estaria mais condizente com sua função de bica para fornecimento de água às embarcações. Poder-se-ia argumentar que eles foram virados posteriormente a 1843, mas levantaria outra questão: por quê? Devemos considerar ainda que não é fácil fazer esta operação com esculturas tão pesadas (1.242 libras = 563,36 kg). Ademais, quem passasse entre os golfinhos, estando um de costas para o outro, não seriam recepcionados por eles de frente e os veriam apenas por trás, o que restringiria bastante seu papel de ornamento para aqueles que embarcassem e desembarcassem na entrada central do cais. É necessário considerar que os artistas estrangeiros do século XIX, como Pustkow, muitas vezes faziam esquemas iniciais para depois executarem suas obras e, em muitos casos, nesse processo, os detalhes se perdiam. Consideramos também que este artista enfatizou o desembarque da imperatriz, como comprova a representação do pavilhão (um dos elementos efêmeros exclusivos para a recepção de Teresa Cristina), no centro da gravura, em que as esculturas dos golfinhos seriam ornamentos posicionados de frente para quem desembarca, como era o caso da soberana. Assim, seria mais relevante e polido vê-los de frente do que ver sua nadadeira caudal; a posição na qual eles se encontram no postal (**Imagem 3**) vai ao encontro da sua função pragmática: bicas d'água para as embarcações.

A conclusão “definitiva” da obra do Cais e Praça do Valongo, acelerada e beneficiada com o desembarque da imperatriz, foi relatada em dois documentos oficiais. O primeiro é o relatório do Diretor das Obras Municipais do Rio de Janeiro (1842-1843), Henrique de Beaurepaire Rohan (1967, p. 214), apresentado à Câmara Municipal em 20 de setembro de 1843, prestando conta da sua gestão, em que há uma sucinta menção à

região do Valongo: *“A antiga imunda praia do Valongo acaba de converter-se em uma elegante praça, com a denominação de Municipal, depois da construção do cais da Imperatriz.”* Consideramos que Beaurepaire Rohan, ao se referir ao Cais do Valongo como Cais da Imperatriz, apenas observou o prescrito pelo Edital da Câmara Municipal de 8 de agosto de 1843 (JC – Suplemento, 09/08/1843, p. 1):

A Illma. camara municipal desta muito leal e heroica cidade do Rio de Janeiro faz saber que o cáes e rua do Vallongo se denominarão, **de ora em diante** [negrito nosso], - Cáes e rua da Imperatriz. E para que chegue à noticia de todos, se mandou publicar e afixar o presente edital. Paço da Illma. camara municipal do Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1843.

Foi desta maneira, como Cais da Imperatriz, que o Cais do Valongo passou a ser denominado por força do edital, contudo sua identidade com a região do Valongo não pode ser obliterada, como se evidencia em muitos relatos posteriores nos quais a população continuava se referindo a essa região como Cais e Praça do Valongo (e Praça Municipal do Valongo). No início da República, com o significativo aterramento da área para as obras do porto do Rio de Janeiro, o cais foi “sepultado”. Mas, em 2011, as obras do Porto Maravilha fizeram “aflorar” o Cais do Valongo e sua importante história (LIMA, M. 2018, p. 98).

No segundo documento oficial, também da década de 1840, esta questão de toponímia está mais bem explicitada. Sua natureza é, igualmente, de prestação de contas, mas, agora, de autoria de João Silveira do Pillar, em 7 de janeiro de 1845, quando do término da sua presidência na Câmara Municipal (DRJ, 09/01/1845, p. 2). Ao elencar as realizações em 1842, informa que a construção do Cais do Valongo começou em 1842^{xvi} e foi onde *“desembarcou S. M. a Imperatriz, e por isso deu-se-lhe a denominação de – Cáes da Imperatriz”*.

Uma obra, tão custosa quanto a do novo Cais do Valongo – depois denominado Cais da Imperatriz, se deteriorou muito rapidamente. Em menos de sete anos, o seu estado era deplorável segundo *O Despertador Municipal* (24/04/1850, p. 4). Aponta ainda a incúria do fiscal da Praça Municipal e do Cais da Imperatriz, que contribuiu para a situação lastimável desses locais. No mês seguinte, o jornal *O Despertador Municipal* (07/05/1850, p. 3-4) continuou sua crítica ao fiscal.

A foto de Augusto Malta da Praça Municipal, antigo Largo do Valongo (**Imagem 4**), datada entre 1904 e 1906^{xvii}, registrou o seu abandono e a perda das suas elogiadas monumentalidade e beleza quando da sua construção. A foto de alta resolução, fornecida pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, permitiu constatar que, distintamente do apresentado em alguns estudos sobre este espaço, havia, nesta época, não apenas uma estátua em mármore carrara de deus romano, mas três em pé e, possivelmente, uma quarta caída. Elas estavam, perigosamente, próximas à água e sem a proteção do gradil originalmente instalado. Entretanto, as esculturas dos golfinhos não mais se encontravam no Valongo.

Imagem 4

Fonte: Excerto da foto da Praça Municipal, autoria de Augusto Malta, entre 1904 e 1906, acervo: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Em fins de 1906, pela foto a seguir (**Imagem 5**), constatamos que tanto os deuses romanos em mármore carrara quanto os golfinhos de bronze já não se encontravam mais no Cais do Valongo. E, em pouco tempo, tudo seria aterrado no contexto das novas reformas do Porto do Rio de Janeiro, haja vista que Cais do Valongo, depois o novo Cais do Valongo e renomeado Cais da Imperatriz, rapidamente tornou-se obsoleto para dar conta do intenso comércio que se desenvolveu no Brasil no início do século XX (TURAZZI, 2016; SOARES, 2013).

Imagem 5

Fonte: Excerto da foto da Cais do Valongo, autoria de Emygdio Ribeiro, 1906, acervo: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Para onde foram as esculturas dos golfinhos? Começava, então, a sua trajetória distante do seu lugar de origem. Mas, sendo animais aquáticos, os golfinhos continuaram próximos ao mar em sua epopeia. É o que abordaremos no último segmento do presente artigo.

Trajетória dos Golfinhos do Valongo

A ocupação urbana e a construção de trapiches ao redor do Cais prejudicaram a sua monumentalidade. A reforma do prefeito Pereira Passos na região portuária foi a pá de cal neste processo, pois o aterramento da faixa litorânea para construção de armazéns fez com que o Valongo perdesse sua função como cais, virando um terreno no meio da cidade. As Docas D. Pedro II, construídas em 1871 por André Rebouças e contíguas ao Cais do Valongo, foram igualmente afetadas em sua função. Esta tendência foi se consolidando ao longo do tempo. Porém, com as obras do Porto Maravilha em 2011, o Valongo foi “revivificado”, impactando e questionando a nossa sociedade e sua história (LIMA, M. 2018).

Araújo Viana (AN, 01-02/02/1904, p. 3) nos informa que Pereira Passos mandou retirar, em 1904, os golfinhos do Cais, *“outrora Valongo”* e depois denominado *“da Imperatriz”*, e os colocou na Praça XV: *“vi-os no novo local; tiveram conveniente destino.”* No entanto, o crítico de arte demonstra preocupação quanto ao destino das estátuas dos deuses romanos, haja vista que, devido ao fato do Cais já ter se tornado pequeno para o grande comércio do Rio de Janeiro, em pouco tempo ele seria aterrado por conta da obra do porto. Na **Imagem 4**, foto de Augusto Malta, coetânea à publicação do texto acima, é possível ver o descrito por Araújo Viana.

Voltemos, pois, aos golfinhos. Se, por um lado, Araújo Viana julgou satisfatório o destino dos golfinhos, esta opinião não foi compartilhada por Adalberto Mattos que, na revista *Ilustração Brasileira* (1923), informou que as esculturas dos dois golfinhos foram retiradas do Valongo e *“indevidamente”* instaladas no chafariz de ferro fundido da Praça XV (**Imagem 6**). Como as esculturas dos golfinhos eram de bronze, sua colocação numa fonte de ferro fundido acarretava a diferenciação do uso dos materiais e do próprio estilo, haja vista que o chafariz foi feito com base no gosto da França de Napoleão III e os golfinhos são representações fidedignas de figuras da Antiguidade greco-romana. Destacamos que sua função de bicas d'água para embarcações desapareceu quando da sua transferência para o chafariz da Praça XV; agora, restringiam-se a ser apenas ornamentos na base do referido chafariz.

Imagem 6



Fonte: Excerto da foto Praça XV, Cais Pharoux e Chafariz do Mestre Valentim, autoria de Augusto Malta, 1906, domínio público, acervo: Coleção Brascan – Cem anos no Brasil/Instituto Moreira Salles, disponível em: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/88586> (27/07/2023)

Na década de 1920, os golfinhos foram retirados do chafariz da Praça XV e substituídos por Eroles de mármore em estilo neobarroco, que se encontram no mesmo chafariz até hoje. Mas, o próprio chafariz foi transferido para outros lugares da cidade do Rio de Janeiro: em 1962, para a Praça da Bandeira (Tijuca) e, em 1979, para Cinelândia (Centro), onde antes se localizava o Palácio Monroe (DIAS, 2015, p. 38-39) e ali permanece até hoje. Era prática usual o deslocamento de monumentos pela cidade e com os do Cais do Valongo não foi diferente. Entretanto, os golfinhos do Valongo, a partir da década de 1920, foram dados como perdidos e não tivemos mais notícias deles. Em levantamento de fontes e chafarizes do Rio de Janeiro, realizado pela Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Prefeitura da cidade^{xviii}, foram fichados 50 chafarizes e fontes no espaço urbano carioca, mas os golfinhos não são referidos.

Sabemos que a última “morada” conhecida dos golfinhos do Valongo foi a Praça XV, como expresso por documentos escritos, como os textos jornalísticos de Araújo Viana (AN, 01- 02/02/1904, p. 3) e Adalberto Mattos (Ilustração Brasileira, 1923). Há também documentação imagética da

presença dos golfinhos na Praça XV, como, por exemplo, a foto de Augusto Malta (**Imagem 6**) dentre outras, e, em especial, destacamos a foto (**Imagem 1**) que acompanhava o texto de Adalberto Mattos sobre a obra de João Justino de Araujo, publicado em 1923. É justamente esta foto que foi a principal chave para identificar o golfinho em sua atual localização. Consideramos que a imagem é um importante documento histórico e é tão relevante quanto o escrito (ver: GASKELL, 1992; CARDOSO e MAUAD, 1997, JOLY, 1997; MENESES, 2003; e BURKE, 2004).

Depois que identificamos os golfinhos a partir das fotos e de outros documentos escritos, como, então, os encontramos? Conhecendo em detalhe a aparência dos golfinhos, passamos a procurá-los pela cidade. Chegamos a cogitar que eles tivessem sido derretidos, haja vista o valor do bronze, o que nos desanimou. No entanto, motivados pelo espírito dessa busca em diferentes temporalidades, fomos à procura de todos os golfinhos conhecidos da cidade. Em uma dessas tentativas, tomamos a barca na estação da Praça XV (coincidentemente, a última localização conhecida dos golfinhos do Valongo) com destino à ilha de Paquetá. Ao chegarmos lá e ao olharmos a orla do lado esquerdo da estação, vimos que, no centro da Praia Grossa, repousa um golfinho com os olhos fitados na Baía de Guanabara.

Ao compararmos o golfinho de Paquetá com a melhor foto do golfinho do Valongo, publicada no referido artigo de Adalberto de Mattos de 1923, constatamos que eles são idênticos (**Imagem 7**).

Imagem 7



Fonte: À esquerda: foto do golfinho em Paquetá, autoria de Deivid Valério Gaia (22/07/2023)

Todas as características morfológicas do golfinho do Valongo, apontadas anteriormente neste artigo, também se encontram no golfinho em Paquetá, quais sejam:

começando de baixo para cima, a cabeça e as nadadeiras peitorais são a base da escultura, seu bico encurvado para cima está aberto o que causa rugas nas partes adjacentes, olhos grandes arredondados e salientes, nadadeiras peitorais raiadas, pequeníssima barbatana dorsal (protuberância triangular no seu dorso sinuoso), corpo

escamoso ondulado e nadadeira caudal retorcida formando uma volta e finalizada em leque raiado trifurcado.

Há outros aspectos que também contribuíram na identificação do golfinho. Sua função original e principal de bica d'água para embarcações no Cais do Valongo já não se apresentava desde seu deslocamento para ornamentar a fonte da Praça XV, no início do século XX e, em Paquetá, a situação se mantém. Entretanto, verificamos que a referida função original está ainda presente no golfinho em Paquetá: há um duto dentro da boca do golfinho que era o esguicho principal; há orifícios laterais (referências ao respiradouro desse animal) na parte superior do bico com dutos para a saída dos jorros de água; e um orifício redondo atrás para entrada da água (**Imagem 8**). Tais orifícios seriam incompreensíveis se não tivessem um primitivo uso hidráulico, como era o caso dos golfinhos do Valongo, pois, se tivessem somente a função de ornamento, esses dutos para saída de água seriam dispensáveis.

Imagem 8



Fonte: Fotos do golfinho em Paquetá, autoria de Deivid Valério Gaia (22/07/2023)

O golfinho do Valongo está em segurança em Paquetá e é muito querido pelos moradores. Quando fomos a Paquetá em busca dos golfinhos de João Justino de Araujo, procuramos conversar com a população sobre os

golfinhos e há uma unanimidade entre eles: todos acolheram e gostam muito do golfinho, hoje apenas ornamental, que é chamado carinhosamente de “Peixão” ou “Peixe Grande” da Praia Grossa. Pelo fato de seguir o modelo de representação de golfinho da Antiguidade, o cidadão comum não consegue identificar a escultura enquanto golfinho, mas, sim, como peixe. Isto faz sentido porque golfinho real não tem escamas nem cauda tão retorcida que chega a formar um círculo!

É certo que, até o presente estudo, ninguém sabia de que se tratasse de um dos golfinhos do Valongo: nem os habitantes de Paquetá, nem os estudiosos do próprio Cais e tampouco os historiadores da arte. De um lado, o único estudo que conhecemos sobre João Justino de Araujo e os seus golfinhos, é o de Chillon (2018, p. 156-180), mas o autor não aborda a questão da sua localização atual, pois seu trabalho se restringe ao século XIX. De outro lado, as únicas informações confiáveis disponíveis sobre a escultura do golfinho de Paquetá encontram-se na importante obra de Dias (2015, p. 360), que inventaria e analisa *Os monumentos do Rio de Janeiro*; no entanto, a autora indica que o golfinho da Praia Grossa é obra de Augusto Silva e data da década de 1950^{xix}. Concluimos, portanto, depois da análise da documentação (escrita e imagética) disponível e do objeto (escultura de bronze do golfinho, ora em Paquetá), bem como de uma rígida comparação da documentação iconográfica (**Imagem 7**), que não há dúvidas de que esse golfinho da Praia Grossa da ilha de Paquetá é o do Cais do Valongo!

Ainda nos resta uma pergunta: onde está o seu companheiro, o outro golfinho do Valongo?

Conclusão

Os golfinhos foram concebidos, gestados, para o Cais do Valongo e não para o Cais da Imperatriz. Entre a oficialização da decisão imperial que

escolheu o Cais do Valongo para ser o local de desembarque da nova imperatriz do Brasil (06/07/1843) e a chegada de Teresa Cristina ao Rio de Janeiro (04/09/1843), havia uma janela de tempo extremamente exígua: apenas 61 dias. Não era, portanto, neste curto tempo, possível a construção de uma praça e de um novo cais em pedra talhada, com a instalação de estátuas em mármore carrara e a confecção de golfinhos em bronze para a recepção da soberana naquele espaço. Consideramos que houve um “oportunismo espacial” por parte da coroa, por ser, naquele momento, os reformados Cais e Praça do Valongo se constituíam no único espaço monumental e, praticamente, pronto para abrigar “dignamente” o desembarque da nova imperatriz e os festejos consequentes.

A consulta nos periódicos de 1840 a 1843 nos revelou o significativo investimento de tempo (de quase dois anos, se considerarmos a inauguração “oficial” da praça e do Cais do Valongo com obras ainda inconclusas) e de recursos (com compra de material, aproveitamento de material de outros lugares, pagamento de mão-de-obra e de indenizações para desapropriar os barracões ali construídos), o que nos apontou uma nova concepção sobre o Cais do Valongo, que problematiza os estudos realizados até agora – com os quais não concordamos – que defendem que aquele espaço foi preparado exclusivamente para o advento da soberana (LIMA et al. 2016, p. 1; CAVALCANTI, 2015, p. 99).

É necessário distinguir que, para o Cais e a Praça do Valongo, a natureza das suas obras foram perenes (escadarias, plataforma e pilares do cais em cantaria, gradis de ferro, estátuas em mármore carrara, as esculturas de bronze dos golfinhos como bicas de aguada para embarcações e o chafariz da praça); enquanto, para o Cais da Imperatriz, elas eram efêmeras, ou seja, temporárias (galerias nas fachadas das edificações em volta da praça, iluminação, guirlandas, bandeirolas, fogos de artifícios e o pavilhão/“templo de Himeneu”, que durou apenas quatro meses), para celebrar, com pompa e circunstância, a chegada da terceira imperatriz brasileira, o que era exequível no diminuto prazo disponível. O que

perdurou, mais que a existência física dos objetos (flores, fogos, galerias e pavilhão) para a recepção da imperatriz, foi a mudança oficial do nome de Cais e Rua do Valongo para Cais e Rua da Imperatriz, em virtude do edital de 8 de agosto de 1843, o que obrigou, por força da lei, o uso dos novos topônimos, o que pode ter gerado, ao nosso ver, uma interpretação de que o cais e sua praça foram construídos para o desembarque de Teresa Cristina. Entretanto, mesmo esta toponímia durou até 1890, pois, com o advento da República, houve uma nova mudança de nomes condizentes com o regime político que se implantava.

É importante ressaltar que os documentos escritos deste período nos apresentam um protagonismo da população local, que demandava melhores condições de vida, em especial, saúde e acesso à água e gêneros alimentícios em conta. Consideramos que as esculturas dos golfinhos representam uma nova fase do Cais do Valongo após a lei de 1831 e foram colocadas naquele espaço a partir de uma demanda popular insistente e justa. Os novos Cais e a Praça do Valongo vinham ao encontro dessas demandas. Logo, os golfinhos encomendados em 1841 a João Justino de Araujo são do Cais do Valongo e não do Cais da Imperatriz. Torna-se imprescindível desenvolver ainda mais estudos sobre a população local e sua agência, sobre sua interlocução, resistências, estratégias e embates com as autoridades por políticas públicas em prol da população, desafio que perdura nos dias atuais.

Retomemos o conceito de *Biografia do Objeto*, que busca desvelar a trajetória do objeto, sua vida social com sucessivas mutações: desde sua produção e sua circulação por diferentes ambientes durante sua existência, ocasionando transformações e ressignificados no decorrer do tempo e através dos diversos espaços sociais, o que demanda compreender as temporalidades e as relações ali entretecidas e, entre elas, a agência do próprio objeto. Acompanhamos descritiva e analiticamente os deslocamentos e transformações em diversos contextos sociais e simbólicos das estátuas dos golfinhos. Como historiadores, nos

debruçarmos sobre o contexto original das esculturas dos golfinhos. Assim, inicialmente, comprovamos que sua função era prioritariamente de bicas d'água para embarcações no novo Cais do Valongo, mas isto não excluía que servissem também como ornamentação. A gravura de Pustkow (**Imagem 2**), já em 1843, acentua o seu aspecto ornamental, condizente com o contexto dos festejos para a chegada da imperatriz Teresa Cristina, que acabou por eclipsar sua função original. No início do período republicano, com as obras do porto que levou ao aterramento do Cais do Valongo, as esculturas dos golfinhos foram deslocadas do Cais, então, excluiu-se o seu uso hidráulico ao passar a adornar apenas duas bases de alvenaria da fonte monumental da Praça XV (**Imagem 6**). Entretanto, as representações de dois golfinhos passaram a fazer parte do brasão da cidade do Rio de Janeiro a partir de 1896 (mantendo-se até na atualidade), em virtude do caráter marítimo da cidade. Entre a década de 1920 e a de 1950, não obtivemos informação sobre as esculturas dos dois golfinhos de bronze do Valongo. Contudo, este artigo demonstra que, a partir dos anos 1950, um deles (apesar de “incógnito”) ainda continuava com seu caráter ornamental, não mais de um chafariz, mas da Praia Grossa em Paquetá. O presente texto resgatou sua origem no outro lado da Baía de Guanabara, no Valongo.

O atual artigo trouxe ainda mais uma nova camada na biografia das esculturas dos golfinhos, advinda da nossa própria análise dessas esculturas como documento histórico, na medida em que o seu estudo nos levou a revisitar a história do Cais do Valongo e fazê-la dialogar com diferentes temporalidades, e, mais especificamente, com a Antiguidade, trazendo novos desdobramentos sobre o tema. Sendo especialistas em História Antiga, acreditamos que é necessário considerar que a presença da Antiguidade nas distintas sociedades ao longo do tempo ganha feições e sentidos variados que nos instigam, provocam, fazem refletir e contribuem na compreensão da nossa sociedade e na construção de um conhecimento histórico plural e dinâmico. Tal como os golfinhos na Antiguidade, que eram conhecidos por guiar os pescadores e as

embarcações, hoje, os de João Justino de Araujo nos guiaram e, a partir de sua história, pudemos escrever mais um capítulo da história do Cais do Valongo e dos próprios golfinhos. O leitor desse artigo que passar pela Praia Grossa de Paquetá saberá que está em frente à testemunha ocular do Cais do Valongo: um de seus golfinhos de bronze.

Agradecimentos: Nossos agradecimentos à equipe do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em especial, a Thereza Kahl, Suzane Mayer e Isabela Correia, por enviar documentos necessários para a realização desta pesquisa; a Cícero Antônio F. de Almeida e Deborah Oliveira Lins de Barros, responsáveis pelo Museu do Cartão-Postal do Rio de Janeiro / MUCAP-RJ, ([instagram.com/museudocartaopostal](https://www.instagram.com/museudocartaopostal)), que, gentil e prontamente, nos cederam o direito de uso de postais do seu acervo; à equipe do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, em especial, a Jacqueline Lima e Daniel Elian, que nos forneceram uma rara foto do Cais do Valongo durante as obras do porto antes do aterramento no início do século XX; aos discentes do projeto de extensão “Viva+cidade: descobrindo o neoclássico carioca”/UFRJ ([instagram.com/rioneoclassico](https://www.instagram.com/rioneoclassico)), que nos motivaram fortemente a desenvolver esse trabalho e aceitaram o desafio de serem iniciados na pesquisa em arquivos e base de dados digitais. Agradecemos, enfim, à nossa família pelos zelo e paciência conosco durante a pesquisa e elaboração do presente artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURKE, P. Testemunha ocular; história e imagem. Bauru / SP: EDUSC, 2004.
- CAVALCANTI, N. O. Rio de Janeiro: centro histórico colonial; 1567-2015. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2015.
- CARDOSO, C. F. S., MAUAD, A. M. História e imagem; os exemplos da fotografia e do cinema. IN: CARDOSO, C. F. S., VAINFAS, R. (Orgs.). Domínios da História; ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 401-417.
- CHILLON, A. M. A fundição artística no Rio de Janeiro do segundo reinado (1840-1889). Tarea, v. 5, n. 5, p. 156-180, out. 2018.
- DIAS, V. Os monumentos do Rio de Janeiro: inventário de 2015. Rio de Janeiro: Nau das Letras, 2015.
- FERREIRA, L. de N. Introdução: o golfinho na tradição clássica. IN: FERREIRA, L. de N.; RODRIGUES, P. S.; MAMIGONIAN, B. G.; GRINBERG, K. Lei de RODRIGUES, N. S. Plutarco e as Artes. 1831. IN: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. Pintura, Cinema e Artes Decorativas. (Orgs.). Dicionário da escravidão e Coimbra: Universidade de Coimbra / liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2010, p. 15-68.
- GASKELL, J. História das imagens. IN: BURKE, P. (Org.). A escrita da História; novas perspectivas. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 237-289.
- GERSON, B. Histórias das ruas do Rio (e da sua liderança na história política do Brasil). 6. ed. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2013.
- GONÇALVES, J. R. S. Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB ANPOCS), n. 60, p. 5-25, 2º sem. 2005.
- GRIMAL, P. Dicionário da mitologia grega e romana. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.
- JACOBELLI, L. (ed.). Além de Pompeia: redescobrimos os encantos de Stabiae. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.
- JOLY, M. Introdução à análise de imagens. Campinas, SP: Papirus: 1997.
- LIMA, M. História, patrimônio e memória sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. Outros tempos, vol. 15, n. 26, p. 98-111, 2018.
- LIMA, T. A.; SENE, G. M. e SOUZA, M. A. T. de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. Anais do Museu Paulista. v. 24, n.1, p. 299-391, 2016.
- MARCÍLIO, M. L. Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro imperial. Revista História, n. 127-128, p. 53-68, ago.-dez. 1992 a jan.-jul. 1993.
- MATTOS, A. Subsídios para a História da Escultura do Rio de Janeiro. Ilustração Brasileira, v. 3, n. 29, jan. 1923.

- MENESES, U. B. de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. Revista de História, n. 115, p. 103-117, 1983.
- MENESES, U. B. de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.
- MEYER, F. S. Handbook of ornament; a grammar of art industrial and architectural designing in all its branches for practical as well as theoretical use. New York: Dover, 2019.
- MORALES DE LOS RIOS FILHO, A. Grandjean de Montigny e a evolução da arte brasileira. Rio de Janeiro: A Noite, 1941.
- PESSÔA, J. Cais da Imperatriz e Praça Municipal: análise de um espaço público do neoclássico carioca. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 30, n. 1, p. 1-27, 2022.
- PIMENTA, T. S.; BARBOSA, K.; KODAMA, K. A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia. Dimensões, v. 34, p. 145-183, 2015.
- REDE, M. História e Cultura Material. IN: VAINFAS, R.; CARDOSO, C. F. S. (Orgs.). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 133-150.
- ROHAN, H. de B. Relatório apresentado a Ilma. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Revista do IHGB, v. 275, p. 201-231, abr./jun. 1967.
- SOARES, C. E. L. Geografia histórica da região do Valongo, 1713-1904. Acervo, v. 29, n. 01, p. 150-161, 2016.
- SOARES, C. E. L. Valongo, cais dos escravos: memória da diáspora e modernização portuária na cidade do Rio de Janeiro, 1668-1911 (2013, 113 p.). Relatório de Estágio de Pós-doutoramento – Departamento de Antropologia / Programa de Pós-Graduação em Arqueologia / Museu Nacional / UFRJ, 2013.
- TURAZZI, M. I. Rio, um porto entre tempos: modos de ser, modos de conhecer. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2016.
- WARBURG, A. A presença do Antigo; escritos inéditos – volume 1. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2018.

Notas

ⁱ Para as referências de periódicos (jornais e revistas) entre parêntesis, utilizamos abreviaturas, cuja lista encontra-se antes das Referências Bibliográficas.

ⁱⁱ Sobre a importância do sítio

arqueológico do Cais do Valongo e de seu entorno, vide: LIMA, 2018.

ⁱⁱⁱ Havia, em 1835, uma epidemia de varíola na cidade do Rio de Janeiro (PIMENTA, BARBOSA e KODAMA, 2015, p.

145-183). De acordo com Marcílio (1992-1993, p. 62): “A varíola invadiu os bairros da Prainha, Valongo, Saúde, Gamboa e Saco do Alferes atacando famílias inteiras e fazendo muitas vítimas, sobretudo entre crianças. Essa epidemia espalhou o terror e consternação entre todos os habitantes.” As condições de higiene do local foram responsáveis pelo agravamento dos casos nesses bairros. O Valongo foi fortemente afetado.

^{iv} Há uma divergência entre os jornais sobre o valor do barril de água.

^v Mencionou-se também que a água da Praça do Valongo também abasteceria o chafariz do Colégio Pedro II e outro chafariz menor que deveria ser construído na Rua do Valongo.

^{vi} Mais recentemente, Pessoa (2022, p. 1-27) publicou um estudo minucioso sobre a Praça Municipal.

^{vii} Estamos escrevendo um texto no qual apresentaremos o resultado de uma longa pesquisa sobre os deuses do Cais do Valongo, que será publicada em breve, a partir da qual propomos uma análise sobre a representação de cada deus naquele espaço e o contexto de produção das obras.

^{viii} Para observar o exemplo, acessar a fotografia de Lupo Capra, do mosaico das ruínas de Ostia, antigo porto de Roma, em domínio público pelo Wikimedia Commons, disponível a partir do seguinte

endereço: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ostia_Antica_-_mosaico.jpg. Data de acesso em: 29/05/2023.

^{ix} Cabe ressaltar que a representação dos golfinhos de Cnossos, no período minóico (entre 2200 e 1450 a.C.), é muito mais realista no que diz respeito à forma desse animal.

^x A partir de 1957 o brasão foi modificado, mas os golfinhos, conhecidos agora oficialmente como botos de prata da Guanabara, permaneceram.

^{xi} A conclusão do chafariz demorou muito mais que a previsão otimista de um ano, devido a problemas com a canalização de água. No entanto, para amenizar as demandas, a Câmara Municipal construiu um chafariz provisório de madeira de pinho. Os projetos relacionados aos chafarizes e a edificação do modelo escolhido serão objeto de estudos posteriores.

^{xii} A primeira imperatriz brasileira foi Leopoldina (1797-1826), filha do imperador Francisco I da Áustria. O casamento entre Leopoldina e D. Pedro I foi por procuração e ocorreu em 13 de maio de 1817 em Viena. Seu desembarque no Rio de Janeiro foi na praia do Arsenal em 06 de novembro de 1817. Há registros imagéticos deste acontecimento: Desembarque de D. Leopoldina (Jean-Baptiste Debret, 1817); Estudo para a chegada de D. Leopoldina ao Brasil (Jean-Baptiste Debret, c. 1817); Lugar de desembarque de Sua Alteza

Real a Arquiduquesa Leopoldina (Thomas Ender, ca.1817); O festivo desembarque da Princesa Leopoldina no dia 6 de novembro de 1817 (Franz Joseph Frühbeck, ca.1817); e Desembarque de S. A. a Princesa Real do Reino Unido, Portugal, Brazil e Algarves na cidade do Rio de Janeiro no Arsenal Real da Marinha (Hippolyte Taunay, 1817?). A segunda imperatriz brasileira foi Amélia de Leuchtenberg (1812-1873), segunda esposa de D. Pedro I. Casaram-se por procuração em 02 de agosto de 1829 em Munique. Ela desembarcou no Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1829 e não há registros imagéticos deste desembarque. Morales de Los Rios Filho (1941, p. 239) informa que, para festejar sua chegada ao Rio, Grandjean de Montigny fez, no Largo do Palácio e próximo ao mar, dois templos: um dedicado ao Amor; outro consagrado ao Himeneu. Estas construções foram elogiadas por Araújo Porto-Alegre (MB, 01/11/1843, p. 24) em contraste com as críticas severas ao pavilhão construído para o desembarque da Teresa Cristina por misturar estilos bem diferentes (clássico, borromínico e bizantino). O *Jornal do Commercio* (19/10/1829, p. 3) noticiou, sucintamente, o desembarque da imperatriz Amélia na praia do Arsenal da Marinha e ressaltou a forte chuva. A pancada de água no desembarque de Amélia servia para lembrar da necessidade de alguma tenda ou galeria para a chegada de Teresa Cristina (MB, 01/11/1843, p. 24).

^{xiii} A Fragata Constituição chegou ao Rio de Janeiro no dia 03 de setembro de 1843, mas o desembarque oficial só ocorreu no dia seguinte. Há um registro imagético da ocasião: Chegada da Fragata Constituição ao Rio de Janeiro (Edoardo de Martino, ca. 1872).

^{xiv} É o deus grego que conduz o cortejo nupcial. Há diferentes tradições sobre sua origem: filho de uma Musa (Calíope, Clio ou Urânia) e de Apolo; filho de Afrodite e Dioniso; e filho de Magnes ou Piero. (GRIMAL, 1997, p. 229)

^{xv} A gravura *Cães da Imperatriz*. Saude de Friedrich Pustkow compõe o Catálogo da Exposição de História do Brasil, realizada na Biblioteca Nacional e inaugurada em 1881. O título da gravura de Pustkow segue o prescrito pelo edital da mudança dos nomes de Cais e Rua do Valongo para Cais e Rua da Imperatriz, tal como em outros documentos posteriores ao referido edital.

^{xvi} A documentação anteriormente apresentada nos revela que a obra foi iniciada em 1841 e a inauguração da obra do novo Cais e da Praça do Valongo, mesmo que inconclusa, ocorreu em fins de 1842, durante o mandato do referido Pillar.

^{xvii} Durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906) no Rio de Janeiro, as esculturas dos golfinhos foram retiradas do Cais do Valongo em 1904 e as estátuas romanas, em 1906. Como a foto não apresenta mais os golfinhos, mas as

estátuas ainda estavam lá, concluímos, então, que sua datação provável seja entre 1904 e 1906.

^{xviii} Não há data no documento. Mas, como a referida Secretaria foi criada pelo Decreto 26.239 de 6 de março de 2006, podemos inferir que seja a partir deste ano. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/images/projetos/projeto_fontes_chafarizes/fichas_fontes.pdf

^{xix} Augusto Pereira da Silva (1897-1963) dedicou-se à ilha de Paquetá residindo ali por toda sua vida. Na Praia José Bonifácio, há uma praça dedicada ao "Pintor [sic] Augusto Silva". Em 1980, lhe foi erigido monumento por "seus amigos" alegando sua contribuição pelo bem da comunidade: "A vida por Paquetá". Em 1959, ele foi efetivado no cargo de Zelador Artístico de Paquetá. Talvez, tenha sido durante sua gestão que o golfinho foi instalado na Praia Grossa, conforme informado por Dias: "inaugurado na década de 1950".